

IGREJA E MOVIMENTOS SOCIAIS: O PAPEL DAS CEB'S E A LUTA PELA MORADIA NA CIDADE DO CRATO – CEARÁ¹.

CHURCH AND SOCIAL MOVEMENTS: THE ROLE OF CEB'S STRUGGLE FOR THE CONSTRUCTION OF HOUSING IN THE CITY OF CRATO - CEARÁ.

João César Abreu de Oliveira FILHO²

Marco Antonio Mitidiero JUNIOR³

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade discutir o papel da Igreja através das Comunidades Eclesiais de Base – CEB's, criadas no Brasil durante o regime militar e os movimentos sociais de luta pela moradia na cidade do Crato, localizada no sul do Estado do Ceará. Essa análise visa entender como se deu a produção do espaço urbano na referida urbe na ótica dos movimentos sociais de luta pela moradia. Na perspectiva espaço/temporal de atuação da luta pela moradia na cidade, optou-se por discutir a trajetória das lutas locais a partir da Igreja, tendo como base o processo de luta durante as décadas de 1970 e 1980, cuja atuação das CEB's se deu com maior intensidade. Assim, utilizou-se de depoimentos de lideranças dos movimentos sociais, da Igreja e de partidos políticos, além de entrevistas semiestruturadas com os principais membros dos movimentos sociais e moradores. Utilizaram-se também fotografias e registros de documentos que contribuíram no entendimento das lutas sociais na cidade.

Palavras-Chave: Igreja, Movimentos sociais, luta pela moradia;

ABSTRACT

This paper aims to discuss the role of the Church through the Commissions Christian Base - CEBs, created in Brazil during the military regime and the social movements struggle for housing in the city of Crato - Ceará. This analysis aims to understand how was the production of urban space in that metropolis from the viewpoint of social movements struggle for housing. From the perspective space / time of performance of the struggle for housing in the city, it was decided to discuss the trajectory of local struggles from the Church, based on the process of struggle during the 1970s and 1980s, in particular, whose performance of CEB's occurred with greater intensity. Thus, we used statements from leaders of social movements, church and political parties, and semi-structured interviews with

¹ O presente trabalho é parte da dissertação de mestrado defendida no programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação do Prof. Dr. Marco Antônio Mitidiero Junior.

² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: cesarfabreu@hotmail.com

³ Professor Dr. do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: mitidierousp@yahoo.com.br

key members of social movements and locals. We also used photographs of documents and records that contributed to the understanding of the struggles in the city.

Key-Words: Church, social movements, struggle for housing;

INTRODUÇÃO

A Igreja católica no Brasil teve uma importante contribuição na produção e consolidação do território brasileiro. Essa, por sua vez, foi uma das primeiras instituições de controle social e de educação no Brasil a partir das missões jesuíticas durante o período da colonização.

O campo de atuação da Igreja, sempre atrelado ao Estado e ao desenvolvimento das forças produtivas de reprodução da ideologia dominante, manteve-se sempre ao lado dos grandes detentores do capital.

No entanto, durante a consolidação do regime militar no Brasil que ocorreu em 1964, surgiram-se as chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) que foram alas da Igreja Católica que a partir da teologia da libertação buscaram uma evangelização por meio de uma prática libertária no contexto sociopolítico de ditadura no país.

Na cidade do Crato, não foi diferente, durante o regime militar, a cidade foi fortemente influenciada por várias comunidades de base que tiveram uma forte contribuição nas lutas sociais durante esse período. O regime militar autoritário, não permitiu em nenhum momento a manifestação da classe trabalhadora durante os anos em que estiveram no poder, práticas como a perseguição de pessoas que se contrapõem a ideologia dominante, partidos políticos de esquerda, e até mesmo padres foram perseguidos e torturados durante o regime militar.

De acordo com Dornelas (2013) o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) se deu no Brasil a partir de uma perspectiva de adequar as estruturas da Igreja às resoluções pastorais do Concílio Vaticano II, realizado de 1962 a 1965. Ainda seguindo Dornelas (2013, p.01), “encontraram sua cidadania eclesial na feliz expressão do cardeal Aloísio Lorscheider: “A CEB no Brasil é Igreja – um novo modo de ser Igreja””.

Dessa forma, a cidade do Crato, localizada no Sul do Estado do Ceará, uma cidade de formação indígena, como apontam autores que debruçaram-se sobre a história e colonização da cidade do Crato, nomeada em meados dos anos de 1700 por missão do Miranda, onde encontravam-se populações indígenas da chamada tribo Kariris. Assim, com o desenvolvimento da cidade do Crato ao longo do tempo, a Igreja foi consolidando suas práticas na região e se tornando nos dias de hoje um grande

instrumento presente no cotidiano dos cidadãos da urbe, além de detentora de grandes equipamentos urbanos na cidade como Escolas, o Seminário São José, Universidades, terrenos para especulação, pontos comerciais, apartamentos, etc.

Nesse sentido, entende-se que a produção do espaço urbano da cidade do Crato, também foi materializada na ótica da Igreja, principalmente no campo da educação e do desenvolvimento cultural e religioso no município. A proposta de investigação se consagra por entender o papel da Igreja a partir das CEB's junto aos movimentos de luta pela moradia na cidade, principalmente no período do regime militar e as lutas sociais que marcaram as contradições da cidade capitalista em que o Crato está inserido.

A CIDADE DO CAPITAL

Parte-se do pressuposto de que a cidade na sociedade capitalista é um reflexo e condição da sociedade existente (CORREA, 1997). Sendo a sociedade postulada pelo modo de produção capitalista, as cidades brasileiras têm como característica fundamental as contradições vivenciadas pelo capitalismo enquanto tal. Essas contradições, frutos de uma sociedade desigual, excludente, antagônica entre classes, perpetua e postula uma cidade com essas mesmas condições; desigual, perversa, combinada e segregada.

A cidade capitalista, marcada pela mercantilização e pela segregação evidencia a todo instante as contradições do capital no espaço geográfico, tendo como postulado a mercadoria e o dinheiro, como aponta Ana Fani A. Carlos (2007). Para a referida autora, a cidade capitalista está centrada na ótica do dinheiro e da mercadoria. A industrialização e a urbanização brasileira condicionou o processo desigual e combinado do desenvolvimento do Brasil. Esse modelo de desenvolvimento evidenciou uma urbanização periférica, desigual e combinada que se desenvolveu nas capitais brasileira, principalmente no sudeste do país e nas regiões litorâneas.

A cidade do Crato, localizada no Sul do Estado do Ceará, objeto de investigação aqui tratado, não foi diferente, tendo seu desenvolvimento fruto do processo de industrialização e urbanização, gerou sérios problemas decorrentes de um desenvolvimento periférico e desigual fruto da expansão do capital e da reestruturação produtiva ocorrido no pós-guerra. Para Santos (1994), a urbanização brasileira, como apontada anteriormente foi fruto de um processo desigual e combinado, refletindo as estratégias do capital na produção e reprodução do espaço urbano. Esse processo, evidenciado pela

industrialização capitalista modelou as cidades brasileiras na ótica do dinheiro e da mercadoria, onde tudo e todos são vistos enquanto valor de troca, sendo expressamente fundável a cidade enquanto produto e não obra (LEFEBVRE, 2008).

A cidade do Crato, no amplo leque de sua contextualização regional, configura-se dentro dos parâmetros de cidade média, tendo uma população com cerca de 120.000 mil habitantes, evidenciado pela expressiva polarização regional, infraestrutura no campo dos serviços públicos, como Educação, Saúde, Comércio, Lazer dentre outras características que viabilizam a expressão interurbana e intraurbana da urbe.

O Crato, até a chegada dos portugueses, era composto, como aponta Oliveira (1998), por uma população indígena que aqui residia. Essa população vítima do processo de genocídio e etnocídio pelos colonizadores portugueses foram extirpados de sua terra.

Não nos interessa, no trabalho aqui proposto, a história antiga do município, mas o entendimento do Crato enquanto categoria cidade. Essa compreensão nos remete a ver a urbe a partir das contradições do capitalismo e a atuação e dinâmica da Igreja e dos movimentos sociais nesse processo.

De acordo com o pensamento de Oliveira & Abreu (2010, p. 250), no ano de 1853, o Crato alcançava a categoria de cidade, a partir da Lei Provincial 628, sancionada pelo presidente Joaquim Vilela de Castro Tavares. “Nesse momento, a cidade do Crato apresentava um desenvolvimento comercial bastante acentuado exercendo influência na região do Cariri e entorno. Em ordem cronológica era a quinta cidade do Ceará”.

Essa característica da cidade do Crato, como centro polarizador da região sul do Estado do Ceará, esteve condicionada, principalmente, devido sua localização geográfica, que propiciou a migração de vários contingentes populacionais.

O município do Crato, reconhecido como importante centro regional cearense está localizado no centro da Chapada do Araripe. Limita-se ao Norte e Nordeste com os municípios de Farias Brito, Várzea Alegre e Caririáçu; ao Sul e Sudoeste com os municípios de Moreilândia e Exú, no Estado de Pernambuco; ao Leste e Sudeste com os municípios de Juazeiro do Norte e Barbalha e ao Oeste e Noroeste com os municípios de Nova Olinda e Santana do Cariri. Os distritos que compõem o Município são: Crato, Baixo das Palmeiras, Bela Vista, Belmonte, Campo Alegre, Dom Quintino, Monte Alverne, Ponta da Serra, Santa Rosa e Santa Fé (OLIVEIRA; ABREU, 2010, p. 247).

Na descrição levantada pelo autor acima, mostra claramente a abrangência territorial e espacial do município do Crato, evidenciado suas fronteiras e sua expressiva localização geográfica, o que culminou no rápido crescimento populacional, econômico e social do município.

No Recenseamento Geral de 1950, constatou uma população de 46.408 mil habitantes, sendo que a cidade tinha 24.786 habitantes. A população rural do município representava em média 63,85% da população do município (IBGE, 1959). Esses dados revelam que no ano em questão, a cidade do Crato ainda não era urbanizada, mas estava em processo de Urbanização.

O caráter de polarizador regional do município começou a ganhar vitalidade. No mesmo ano, o Crato compunha uma das maiores cidades do Nordeste, com influencia no campo dos serviços e da infraestrutura urbana.

Plantada ao Sopé da Chapada do Araripe, de onde brotam 70 fontes, cidade que se renova ao ritmo de um progresso surpreendente, servida por energia elétrica ininterrupta, com rede telefônica e canalização de água, possuindo uma radioemissora – a Rádio Araripe do Crato – logradouros públicos, ruas bem pavimentadas, estabelecimentos de nível secundário e superior, ligada por linhas aéreas às principais cidades do País, Crato não é apenas um oásis geográfico, mas o centro principal de uma região que se tornou celeiro autêntico do Nordeste, “seleiro de riquezas e de homens” na expressão lapidar do sociólogo Joaquim Pimenta (IBGE, 1959, p. 182).

No contexto intraurbano e inter-regional o Crato situava a realidade local na esfera de produção no contexto do Nordeste, tendo uma forte influencia econômica no Estado e nas regiões circunvizinhas. Essas redes que se formavam estavam ligadas a partir de estruturas viárias, ferroviárias e aéreas que faziam a circulação de produtos e mercadorias do município, além das migrações, quase sempre do campo em direção à cidade e de cidades vizinhas.

Essa privilegiada localização geográfica e espacial em que o município do Crato está situado, além do crescimento econômico e da infraestrutura existente no contexto urbano da cidade, favorece o crescimento populacional e aumenta o número de migrações em relação à urbe.

Na década em questão, 1950, o Crato era a terceira maior cidade do interior do Estado do Ceará, estando atrás somente de Juazeiro do Norte e Sobral. Economicamente, o município em questão tem a terceira maior atividade bancária registrada, perdendo somente para as cidades de Fortaleza e Sobral (IBGE, 1959).

As principais empresas industriais de Crato são as seguintes: Fábrica Aliança e Usina Babaçu, de extração de óleos vegetais; Exportadora Cratense e Irmãos Bezerra de Menezes e Cia, beneficiamento de algodão; Fábricas de Mosaicos “Leão” e “Luceti”; Padaria Triunfo; Cerâmica Elba; Fábrica de Bebida Araripe; Serraria Monteiro e os

seguintes engenhos: Lagoa Encantada, São Bento, Bebida Nova, Grangeiro, Muriti, Monte Alegre, Melo, Brito, Pau Sêco, Santa Rita, B. Horizonte, Belmonte, São Vicente, Serra, Teimosa e Jacó (IBGE, 1959, p. 184).

Esses aspectos, referentes aos aspectos econômicos do município foram importantes fatores que contribuíram para as migrações, principalmente das populações abastadas do campo em relação à cidade do Crato, no intuito de melhorar as condições de vida. Nesse período, “a sede do município contava com 28 estabelecimentos atacadistas, 323 varejistas, 413 industriais, 3 bancários e 3 cooperativas” (LÓSSIO apud OLIVEIRA, 1998, p. 45).

Na década de 60, conforme estudos do IBGE, tendia a cidade a expandir-se em direção à saída para Juazeiro do Norte, encravada hoje pelos bairros de São Miguel e Santa Luzia, onde havia e ainda há o predomínio de residências de uma classe média formada, principalmente, por comerciantes. Como bairro de classe média/alta aparecia e ainda hoje permanece o bairro do Pimenta, onde se situavam a antiga Faculdade de Filosofia, denominada, hoje, Fundação Universidade Regional do Cariri (URCA), o Colégio Estadual e a Rádio Educadora (OLIVEIRA, ABREU, 2010, p. 253).

Com a expressividade do crescimento urbano da cidade, aumentava-se também o número de pobres, as favelas, cortiços e as formas de ocupação da cidade pelas populações subalternas. Esse processo, descrito por Arlete Moysés Rodrigues (2003, p. 22), evidencia, que os que “mais precisam usufruir de uma “cidade com serviços e equipamentos públicos” – aqueles que têm baixos salários – compram lotes/casas em áreas distantes, onde o preço é mais baixo”.

Esse processo, evidenciado pela propriedade privada da terra e por sua apropriação pelas forças coagidas do capital remodelam a cidade na lógica do dinheiro, apontado suas estruturas no amplo leque do investimento do capital (CARLOS, 2007).

Em relação à composição social da urbe, no quesito segregação, a cidade estava dividida hierarquicamente por um processo marginal que aglutinou grande parcela da população pobre as margens do Rio Grangeiro, sendo, como afirma Oliveira (1998, p. 56):

A linha da Rede de Viação Cearense e o canal do rio Grangeiro delimitavam os bairros mais pobres, tais como os bairros do Pinto Madeira, do Seminário, Alto da Penha, Independência e o Bairro do Batateiras. À medida que se atingia a periferia da cidade, tornavam-se mais frequentes os mocambos de taipa com pisos de terra batida e cobertura de palha.

Esses bairros, que compõem grande parcela da população pobre da cidade, têm características de escassez de infraestrutura urbana e equipamentos de consumo coletivo, agregando assim, as duras condições que a população vem sofrendo no seu espaço social.

Na década de 70 a cidade do Crato sofreu mudanças no seu espaço urbano e a população da cidade apresentou um salto quantitativo, passando para 40.087 habitantes, conforme o IBGE (Censos demográficos de 1950 a 1991 apud OLIVEIRA, 1998).

O período das décadas de 1960 até hoje, como veremos no gráfico a seguir mostra que esse momento foi marcado pelo ápice do crescimento urbano na cidade, atingindo uma taxa de urbanização em 1990 de 80%.

O município do Crato, no começo da década de 90, contava com 90.519 habitantes, sendo a população da cidade de 57.714 cidadãos, segundo dados baseados no censo do IBGE (1991). Além de seu crescimento demográfico, a cidade também apresentou alterações significativas do ponto de vista sócioeconômico e territorial. Entretanto, apesar do crescimento populacional, os níveis de desenvolvimento não mais permaneceram nos mesmos moldes das décadas passadas, apesar de alguns avanços (OLIVEIRA, 1998, p. 69).

Nesse contexto, a cidade do Crato é uma das sedes do polo de desenvolvimento da Região Metropolitana do Cariri - RMC, criada a partir da lei complementar estadual Nº 78 de 2009, que dispõe do Art. 43 da Constituição Estadual. A criação da região metropolitana do Cariri, no contexto intraurbano da cidade, possibilita a viabilidade de um amplo desenvolvimento na região, potencializando a cidade para investimentos internacionais e nacionais que viabilizem o crescimento das urbes que a compõem.

A contradição no modelo de desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos se configura desde as grandes metrópoles até as cidades de médio e pequeno porte, como é o caso da cidade do Crato, enxergando visivelmente as mazelas e contradições vivenciadas nas metrópoles brasileiras, claro, com suas limitações espaciais e temporais.

O modelo de desenvolvimento da cidade do Crato, não diferentemente do resto do país. Foi marcada pela intensificação do processo de industrialização, ou como postula Lefebvre (2008) o duplo processo industrialização (indutor) e urbanização (induzido). O Crato, no contexto histórico regional sempre teve uma forte influência devido a suas dimensões territoriais e de localização, além dos atrativos biogeográficos que resultam na composição social da economia da cidade, atraindo turistas e habitantes para residirem no município.

A população urbana da cidade do Crato, segundo pesquisa realizada pelo IBGE é de 100.916 mil pessoas, elencando assim, o alto grau de urbanização da cidade. (IBGE, 2010), o que corrobora em vários problemas de cunho social e econômico, tendo em vista que grande parcela da população mais carente está sendo espoliada das áreas centrais da cidade, acarretando numa expansão do perímetro urbano da mesma, em virtude do afastamento da população mais pobre das áreas de interesse do capital.

Ano	Crato	Ceará	Brasil
1991	90.519	6.366.647	146.825.475
1996	95.073	6.781.621	156.032.944
2000	104.646	7.430.661	169.799.170
2007	111.198	8.185.286	183.987.291
2010	121.428	8.452.381	190.755.799

Figura 01: Evolução populacional do município do Crato – Ceará.
Fonte: Censo demográfico de 2010.

O gráfico acima mostra a evolução do município do Crato da década de 1990 ao ano de 2010. Essa evolução ressalta o crescimento da população no período de 20 anos em 30 mil habitantes, o que corrobora um crescimento populacional alto num curto período de tempo.

No Crato, o crescimento da cidade não foi acompanhado das condições essenciais de desenvolvimento urbano. Não atendendo às necessidades da população carente. A instalação de rede de distribuição de água e esgoto tem sido precária, não atingindo as novas áreas habitacionais. Também ainda falta, por parte da Administração Pública, planejamento, ordenação e o regulamento de expansão da cidade. O crescimento desordenado e carente de infraestrutura básica de saneamento e moradia acompanhou o surgimento de bairros: Seminário – e suas dezenas de comunidades, Batateiras, Vila Alta, Alto da Penha; Barro Vermelho, Mutirão (FARIAS FILHO, 2007).

O crescimento urbano e populacional da cidade do Crato não foi acompanhado dos serviços e equipamentos de consumo coletivo, gerando assim, sérios problemas, principalmente as populações pobres, que tiveram que encontrar meios e formas de sobreviverem dentro da urbe. As formas, no caso específico da moradia, têm sido a ocupação de lotes ou terras urbanas voltadas à especulação, principalmente pertencente ao Estado, Igreja, proprietários dos meios de produção e proprietários fundiários.

Essa forma de sobrevivência teve como postulado a atuação dos movimentos sociais de luta pela moradia, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, como veremos a seguir.

IGREJA E MOVIMENTOS SOCIAIS

As teorias e noções que visam estudar e compreender os movimentos sociais urbanos no Brasil têm características teóricas-metodológicas distintas, das quais variam desde o materialismo histórico e dialético até a fenomenologia. Assim, dentre essa gama teórica e diversificada de pensamento sobre a referida temática, nosso enfoque de compreensão dos movimentos sociais de luta pela moradia será embasado na perspectiva do materialismo histórico e dialético, que para entender as contradições impostas pelo capital sobre o fenômeno da habitação/moradia.

Antes de iniciar uma breve trajetória teórica e metodológica dos movimentos sociais, entende-se de acordo com o pensamento de Scherer-Warren (2005) que os movimentos sociais não são um todo homogêneo e que não existe uma compreensão única entre a maioria dos autores a respeito do conceito de movimentos sociais, dificultando assim, a compreensão de conceituar um movimento social, devido à diversidade teórica existente. Essa dificuldade teórico-metodológica que orienta a produção intelectual na perspectiva dos movimentos sociais, segundo Scherer-Warren (2005) se dá principalmente em relação à maioria dos autores devido à redução teórica de enxergar os movimentos sociais a partir de uma categoria empírica, o que culminou na fragmentação da produção e na dificuldade e construção de conceitos genéricos e categorias teóricas mais gerais.

Ao longo da história do modo de produção capitalista, visualizou-se na composição social diversos conflitos e lutas que corroboram a organicidade desse sistema. Os conflitos entre capital e trabalho fazem parte do corpus desse modo de produção que se produz e reproduz a partir da exploração dos recursos naturais e da classe trabalhadora.

Os movimentos sociais urbanos atuam no espaço geográfico da cidade a partir das problemáticas urbanas relacionadas com o processo de uso e ocupação do solo, com a apropriação e distribuição da terra urbana e dos equipamentos urbanos coletivos (SANTOS, 2008).

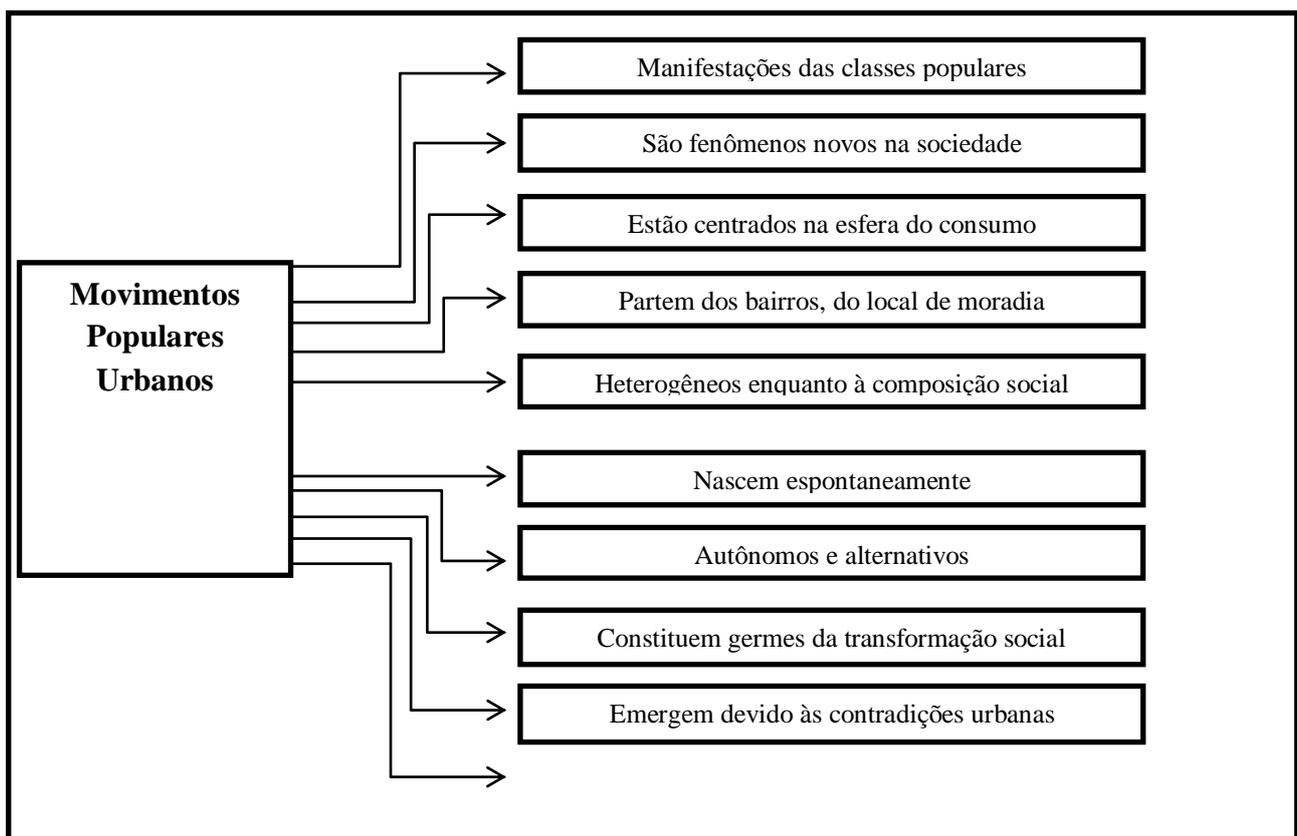
Predomina, contudo, a ideia de que tais movimentos constituem-se como modo de ação coletiva e abrangente de relações socialmente conflitivas (RENOM, 1996). Compreendendo os movimentos sociais nesse rol, Gohn (2007, p. 13) afirma que:

(...) ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até as pressões indiretas (GOHN, 2007).

Para Maria da Glória Gohn (1991), os movimentos sociais urbanos no Brasil podem ser classificados como movimentos populares, devido o seu caráter popular, no qual teve seu surgimento marcado pelas lutas ocorridas nos bairros das grandes cidades brasileiras.

Segundo Gohn (1991, p.34), os movimentos sociais urbanos:

devem ser qualificados por conterem uma problemática urbana, que tem a ver com o uso, a distribuição e a apropriação do espaço urbano. Portanto, são movimentos sociais urbanos as manifestações que dizem respeito à habitação, ao uso do solo, aos serviços e equipamentos coletivos de consumo.



São contra o Estado

Quadro 02: Características dos movimentos populares no Brasil. Fonte: (GOHN, 1991, p.33).

Quadro 01: Principais Movimentos Sociais Populares Urbanos em São Paulo (1975-1986).

Fonte: GOHN (1991). Organizado e Adaptado pelo autor.

Outros são os movimentos de caráter reivindicatórios. Estes em geral dissolvem-se posteriormente as conquistas alcançadas, sendo o caso de muitos movimentos sociais de luta pela moradia (SANTOS, 2008).

Nesse sentido, Regina Bega dos Santos (2008) defende um *hibridismo* dos movimentos sociais no Brasil, destacando a numerosidade e a complexidade de movimentos sociais que atuam no espaço urbano. Segundo a autora, esses movimentos foram marcados pelas contradições do sistema capitalista de produção que escamoteiam a vida urbana dos grupos mais pobres, revalidando a espoliação de mazelas sociais.

No Brasil, o crescimento dos movimentos sociais pós-1970 deve-se às questões relacionadas à sobrevivência imediata da população, como saúde pública, moradia, transporte coletivo urbano, saneamento básico, segurança pública e proteção aos “menores abandonados”, entre outras. Participam desses movimentos principalmente os seguimentos sociais de baixa renda; uma pequena parcela da classe média engaja-se nessas lutas, em geral para prestar assistência técnica e política (SANTOS, 2008, p. 34).

Outro importante elemento que caracterizou a história das lutas sociais no Brasil foi o papel da Igreja (ala progressista) na construção e consolidação de uma esquerda revolucionária no país. Apoiadas na Teologia da Libertação, a Igreja através das Comissões Eclesiásticas de Base (CEBs), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Comissão Indígena Missionária (CIMI), contribuiu na construção do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Para Mitidiero (2008, p. 82) sobre o papel da Teologia da libertação⁴ enquanto instrumento político-científico e social afirma que:

⁴ Sobre a ação territorial da Igreja e o papel da teologia da libertação enquanto instrumento político-intelectual que norteou o pensamento brasileiro e influenciou a construção de movimentos sociais no país ver MITIDIERO, M. A. Ação Territorial de uma Igreja Radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba. Tese de Doutorado em Geografia Humana. USP, 2008.

A igreja libertadora representa uma crítica radical à atuação e a hierarquia da Igreja Católica e também à chamada “Teologia do Desenvolvimento” dos teólogos progressistas e, principalmente, ao modo capitalista de produção visto como pecado, como uma afronta a obra de Deus. Esse seguimento elaborou uma teologia própria – a teologia da libertação – fazendo aproximações entre religião e ciência, entre marxismo e política, (socialismo), o que os levou a produzir um discurso político-religioso com o objetivo de intervir na realidade. Os principais representantes dessa parte da Igreja foram os teólogos Gustavo Gutiérrez, Leonardo Boff, Hugo Assmann, Jon Sobrino, Josep Comblim, entre outros.

O papel da Igreja na construção de uma identidade de luta no Brasil a partir da teologia da libertação influenciou o pensamento político e as práticas dos movimentos sociais. As CEBs tiveram um importante papel na construção e consolidação das lutas pela moradia nas principais cidades brasileiras, ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, tiveram um papel preponderante na consolidação do pensamento político e dos movimentos sociais, objetivando lutar contra as desigualdades sociais e a conquista de direitos como algo espiritual, ligado à existência divina do ser enquanto sujeito social.

Na cidade do Crato não foi diferente. A atuação da Igreja como instrumento de organização e aglutinação da classe trabalhadora, principalmente a partir das CEBs teve um importante papel na consolidação das lutas na cidade, principalmente em torno da questão da moradia.

Para Maria da Gloria Gohn (1991) a CEBs influenciaram politicamente as lutas da classe trabalhadora, principalmente através das lutas populares urbanas que tinham nas associações de moradores, sociedades amigos de bairro (SABs), grupo de mulheres, dentre outras lutas populares a práxis de transformação e o elo entre os movimentos sociais e a Igreja.

No caso da Igreja, a ala progressista do clero católico teve uma enorme contribuição na história dos movimentos sociais. O seguimento de renovação da Igreja tornou-se, principalmente no período de regime autoritário uma importante aliada na emancipação política-espiritual das camadas populares.

A atuação da Igreja junto aos movimentos populares sempre se pautou por grandes ambiguidades. A partir de uma ideologia basista, antimodernizante e anti-intelectual, a Igreja imprimiu uma direção e um sentido às lutas a partir do trabalho baseado na ação direta, em questões fundamentais para o cotidiano das classes populares. Estas questões passaram a ser vistas sob a ótica dos direitos dos cidadãos ainda que estes direitos correspondam a uma fase não desenvolvida do capitalismo, por serem direitos ditos tradicionais (à posse, ao abrigo, à proteção) (GOHN, 1991, p.37).

Os movimentos sociais urbanos de luta pela moradia na cidade do Crato atuam na forma de ocupação das áreas mais propícias a moradia no sentido de serem próximas dos polos de atração

econômica, como por exemplo, as grandes fábricas, indústrias e o comércio em geral. Mas com isso, acabam por ocuparem áreas impróprias do ponto de vista do planejamento, como as encostas da Chapada do Araripe e as margens dos rios, gerando assim, sérios impactos ambientais e sociais.

O Bairro Seminário é onde acontecem movimentos que espelham a trajetória das lutas locais. Este bairro ocupa boa parte do território urbano da cidade de Crato. É nas áreas do perímetro urbano entre as que apresentam habitações contíguas, o território mais extenso, com maior número de habitantes e densidade populacional. As casas são, via de regra, conjugadas. Tendo predominância famílias que compõe segmentos de baixa renda. A urbanização atinge as ruas principais, mas há um grande número de “comunidades”, que formam o bairro ainda em condições extremamente precárias em infraestrutura e serviços urbanos. Parte dessas comunidades tem conseguido melhorias habitacionais através da ação reivindicatória das associações de moradores e de movimentos de luta pela moradia.

O objetivo de investigação aqui proposto a respeito da atuação das CEB's com os movimentos de luta pela moradia está centrado no bairro do Seminário e no período das décadas de 1980 e 1990, quando houve uma maior ascensão das comunidades de base na luta pelos direitos da população pobre da cidade.

Atuando de forma coletiva organizada ou meramente isolada, os movimentos sociais na cidade do Crato se efetivaram a partir da década de 1970 e conquistaram espaços de moradia na cidade. Na realidade local, tiveram uma contribuição presente da ala progressista da Igreja, das Comunidades Eclesiais de Base, e dos partidos políticos de esquerda, especialmente PT e PC do B. Mas de certa forma, diferenciou-se em alguns aspectos de ações coletivas em outras cidades, como o de não manter uma estrutura organizacional de maior âmbito, ou seja, as ocupações e os movimentos lutavam basicamente por necessidades mais prementes, se configurava o anseio de resolver os problemas individuais através das coletividades circunstâncias. Também não surgiram ações para uma articulação mais ampla, uma “regionalização” dos movimentos sociais de luta pela moradia. O que tem acontecido são mobilizações com caráter pontual.

No próprio município, através das interações entre lideranças e moradores, as experiências vivenciadas de conquistas foram divulgadas e os movimentos inicialmente isolados influenciaram moradores de outros bairros da cidade a se organizarem e lutarem para ocupar e produzir os seus espaços de moradia, na maioria das vezes, áreas ou espaços pertencentes ao Estado, a Igreja, os promotores imobiliários e os proprietários fundiários. Dessa forma, a expansão da cidade tem sido produzida e materializada com a atuação e influência desses movimentos, contradizendo os interesses

dos detentores do capital que acumulam terras urbanas como forma de diversificação de investimentos e poupança.

O bairro do Seminário, em meados das décadas de 1980 e 1990, onde se caracterizava pelo auge das ocupações existentes, registrou mais de quatro ocupações. Ocupações essas, que se deram, de forma geral, em áreas ou terras pertencentes à diocese da cidade do Crato.

Centraliza-se na forma de atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) na cidade do Crato a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) que foi a principal entidade representativa de atuação junto aos movimentos sociais de luta pela moradia. Tem-se o registro de outras, como Comunidade de Idosos, de Mulheres, de Casais e de Moradia, propriamente dita, mas, que não tinha a força nem a organização da Pastoral da Juventude do Meio Popular.



Figura 02: Símbolo da Pastoral de Juventude do Meio Popular (PJMP)

Fonte: Padre Ivan. 1985

A imagem acima representa o símbolo da PJMP, tendo no centro a representação da Cruz que significa o papel da Igreja e de Deus no centro da vida, ao lado direito está uma chave de boca, representando os trabalhadores das fábricas, quer dizer o trabalhador da cidade e a esquerda está à enxada representando os trabalhadores do campo. A atuação da Pastoral de Juventude não se

restringia a cidade, aglutina também lutas ocorridas no campo, mas sua atuação maior estava relacionada às lutas por moradia das cidades, em especial a cidade do Crato.

Atuando de forma coletiva organizada ou meramente isolada, os movimentos sociais na cidade do Crato se efetivaram a partir da década de 1970 e conquistaram espaços de moradia na cidade. Na realidade local, tiveram uma contribuição presente da ala progressista da Igreja, das Comunidades Eclesiais de Base, e dos partidos políticos de esquerda, especialmente PT e PC do B. Mas de certa forma, diferenciou-se em alguns aspectos de ações coletivas em outras cidades, como o de não manter uma estrutura organizacional de âmbito maior, ou seja, as ocupações e os movimentos lutavam basicamente por necessidades mais prementes, se configurava o anseio de resolver os problemas individuais através das coletividades circunstâncias, onde a união era preeminente a luta, depois de sua conquista as coletividades eram desfeitas. Também não surgiram ações para uma articulação mais ampla, uma “regionalização” dos movimentos sociais de luta pela moradia. O que tem acontecido são mobilizações com caráter pontual.

No próprio município, através das interações entre lideranças e moradores, as experiências vivenciadas de conquistas foram divulgadas e os movimentos inicialmente isolados influenciaram moradores de outros bairros da cidade a se organizarem e lutarem para ocupar e produzir os seus espaços de moradia, na maioria das vezes, áreas ou espaços pertencentes ao Estado e a Igreja. Dessa forma, a expansão da cidade tem sido produzida e materializada com a atuação e influência desses movimentos, contradizendo os interesses dos detentores do capital que acumulam terras urbanas como forma de diversificação de investimentos e poupança.

O bairro do Seminário, em meados das décadas de 1980 e 1990, onde se caracterizava pelo auge das ocupações existentes, registrou mais de quatro ocupações. Ocupações essas, que se deram, de forma geral, em áreas ou terras pertencentes à diocese da cidade do Crato, mostrando assim, a contradição no próprio seio da Igreja, pois estavam ocupando terras de grupos que de certo modo estavam apoiando as lutas por moradia no bairro.



Figura 03: Passeata da Pastoral da Juventude Seminário.
Fonte: Padre Ivan. Data: 1985.

A imagem acima mostra uma forte mobilização da população, por meio das Comissões Eclesiais de Base (CEBS), organizadas pela Pastoral da Juventude, que foi um forte movimento de apoio às manifestações, lutas e ocupações na cidade do Crato, coordenadas pelo Padre Ivan e Padre José Curinga.

As ações da Igreja em relação às ocupações e manifestações da classe trabalhadora na cidade do Crato foram sempre movidas pelo grande número de pessoas, o que possibilitava a anuência de uma forte mobilização social, culminando numa maior vitalidade dos movimentos sociais naquele período.



Figura 04: Missa celebrada pelo Padre Ivan no termino da passeata.

Fonte: Padre Ivan. Data: 1985.

Essas ações marcaram a trajetória da luta pela moradia na cidade do Crato, principalmente devido as fortes contribuições que a ala progressista da Igreja deu aos movimentos sociais, contribuindo fortemente na organização, assessoria espiritual e ideológica para os movimentos sociais. Contraditório a isso, grande parte dos terrenos ocupados no bairro do Seminário nas décadas de 1980 e 1990 eram pertencentes à Diocese da Igreja Católica do Crato. Isso referenciou vários conflitos internos dentro da Igreja, principalmente entre as alas progressistas e conservadoras.

A ocupação do campo do Seminário, localizada atrás do Seminário São José, foi um grande exemplo de ocupações dos movimentos sociais de luta pela moradia na cidade que tiveram apoio da ala progressista da Igreja, mas que, o referido terreno era de domínio da Diocese do Crato.

O campo do seminário era uma antiga área de posse da Diocese do Crato, quando foi ocupada por 700 famílias nos anos de 1990. Esse período marcou a ascensão da maior ocupação na cidade do Crato, culminando para a efervescência dos movimentos sociais na cidade.

Em entrevista realizada com uma das lideranças dos movimentos de moradia naquele período, essa, mulher, 63 anos, atualmente vereadora do município do Crato, casada, residente e domiciliada na cidade do Crato há 47 anos, destaca:

Esses movimentos organizados na verdade não só como eu já disse, não só ajudam a ocupar, a construir esses espaços, mas também a qualificar esses espaços, principalmente nos bairros de periferia. Essa minha afirmação, eu gostaria de dizer que aqui na cidade do Crato quase que 90% dos bairros hoje existentes, eles tiveram uma história a partir de uma ocupação, a partir de reivindicações, a partir de movimentos, como por exemplo o bairro do Seminário tem uma história muito grande. O bairro do Seminário hoje é um bairro grande porque só nesse bairro aconteceram mais de quatro ocupações, naquela época, as pessoas vinham e não tinham moradia e precisavam morar, precisavam habitar, então se organizavam e lutavam, ocupavam as áreas ociosas que haviam naquele espaço, por exemplo o bairro do Seminário, nos tínhamos um grande campo, que era chamado “campo do Seminário” onde naquele momento, em 1985, 700 famílias ocuparam aquele espaço, depois aquele campo, que era chamado “campo do Seminário”, que era uma área pertencente a diocese do Crato.

Na fala da referida informante, percebe-se a importância dos movimentos sociais na construção de espaços periféricos, mas de qualificar e dotar esses espaços a partir de mecanismo que são fruto de reivindicações da luta dos movimentos sociais na cidade. Outra importante passagem da fala da referida liderança é de que cerca de 90% dos bairros hoje existentes, foram frutos do processo de ocupação. Essa afirmação, em termos de dados pode ser questionada, mas, de qualquer maneira, mostra a importância das lutas populares na construção e consolidação de uma cidade mais justa, onde a moradia, por mais precária que seja, possa ser conquistada.

Em relação à ocupação do campo do Seminário mencionada também na fala da informante, merece destaque, pela numerosidade de famílias que estavam na luta. Sem dúvida, foi a maior ocupação, em termos de número na história da luta pela moradia na cidade do Crato.

Outra importante área que foi fruto do processo de ocupação na cidade foi o conjunto habitacional do IPEC, onde foram construídas 93 casas com fundos do Governo do Estado do Ceará, sendo objetivadas para funcionários públicos do Estado. Essas casas eram pagas pelos funcionários.

Esse conjunto, também localizado no bairro do Seminário. Na ocasião, inscreveram-se para compor as moradias, 1.000 famílias num cadastro realizado pela prefeitura. As casas ficaram fechadas por dois anos, pois a prefeitura tinha 1.000 famílias inscritas e não tinha critérios para selecionar 93 famílias para residirem nas residências construídas. Assim, passando dois anos do abandono das residências por parte do poder público, movimentos sociais de moradia, apoiados por partidos políticos de esquerda, em especial, Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Partido dos Trabalhadores (PT), além da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), organização ligada a ala progressista da Igreja Católica organizaram a ocupação dessas casas. No ano de 1983, cerca de 150 famílias ocuparam as casas do conjunto do IPEC.

Essa ocupação, como na maioria das outras ocorridas na cidade do Crato, tinha como grande maioria mulheres, pois os homens criavam receio à polícia e também tinham que trabalhar. Essas mulheres passaram vários dias de vigília nas residências, pois a todo instante a polícia passava e em alguns momentos houve vários confrontos entre a polícia e os ocupantes.

A polícia, por ordem do prefeito municipal, o senhor Walter Peixoto (PMDB) foi autorizada a invadir as residências e expulsar as famílias. Esse confronto gerou varias repercussões nos movimentos de luta pela moradia que ocorriam em outros bairros, como é o caso do bairro Ossean Araripe – conhecido popularmente como Caixa d'água que teve uma ocupação próxima à ocupação do IPEC, contribuindo na consolidação das famílias naquele local, dando maior vitalidade ao movimento.



Figura 05: Ronda da Polícia no conjunto durante o período de ocupação das casas.

Fonte: Mara Guedes. Ano: 1983.

A imagem abaixo retrata o momento em que chega à área, vários automóveis da Polícia Militar com o intuito de expulsar as famílias das residências. O confronto não foi marcado por violência física de bruta intencionalidade, mas corroboraram ameaças, empurrões e até voz de prisão para alguns integrantes, como aponta uma das lideranças entrevistadas e que presenciou o momento.

Então agente teve um apoio muito grande de algumas associações de moradores do conjunto Novo Crato, o padre que era na época o Padre Ivan e a algumas pessoas ligadas a igreja e aos partidos políticos de esquerda, me lembro que na época tinham uma atuação muito forte, por exemplo nós tínhamos na época já o PT e PC do B e me lembro que um dos militantes que hoje é professor da URCA ele foi na época, quando a polícia chegou pra pegar o pessoal, expulsar o pessoal das casas, e ele tava lá e deu uma entrevista e a polícia deu até ordem de prisão, ele era jovem, nos também, eles querendo levar agente, diziam que nós tínhamos falsificados cópias de chaves porque as famílias entraram nas casas sem quebrar a porta, não sei como foi que conseguiram a chave e entraram nas casas e ai eles queriam que agente dissesse que nós tínhamos feito cópias, e isso, era crime...

A grande característica da ocupação do IPEC foi que o movimento de luta pela moradia estava bastante organizado e centralizado, isso, acarretou em uma maior vitalidade do movimento, que conseguiu a partir de suas ações mitigar as ofensivas policiais e judiciais.



Figura 06: Momento em que a polícia chegou ao local com várias viaturas para expulsar os militantes.
Fonte: Mara Guedes. Ano: 1983.

A ocupação não teve vitória consumada judicialmente, pois as casas foram construídas com recursos do Governo do Estado provindos do Instituto de Previdência do Estado do Ceará (IPEC). A fixação das famílias nas residências se consumou somente para aquelas em que algum membro

familiar era funcionário do Estado. As outras famílias foram despejadas e sublocadas e outro conjunto habitacional que foi construído alguns anos depois em outro local.

Um importante dado a ser evidenciado ser refere que no bairro do Seminário existem várias comunidades embutidas. Quer dizer, na planta oficial do município existe somente “bairro do Seminário”. O problema é que, a produção do bairro não se constituiu de forma homogênea, mas em diversos momentos da história. Esse bairro, como mencionado anteriormente, em sua espacialidade totalizante foi fruto do processo de ocupação, de lutas travadas ao longo do espaço e do tempo, que acarretaram na configuração sócio espacial que visualiza-se hoje, a partir da constituição de várias comunidades dentro do perímetro urbano do bairro, dentre elas, destacamos: Vulcão, Vitoria Nossa, Novo Crato, Polivalente dentre outras.

As passeatas realizadas pela PJMP não se restringiam somente ao município do Crato. A grande passeata que ocorreu no ano de 1983, por exemplo, percorreu a cidade de Juazeiro do Norte e de Barbalha, consolidando assim, lutas comuns que eram evidenciadas em várias cidades da região. A grande importância da ala progressista da Igreja Católica foi consumada a partir da vitalidade dos movimentos sociais naquele período, marcando um momento histórico de lutas sociais na cidade do Crato e em outras cidades da Região, tendo como marco as passeatas e as lutas organizadas pela Igreja, em especial a Pastoral da Juventude do Meio Popular, que até hoje atua na cidade, mas de forma diferente, como novos campos de atuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, entende-se que a trajetória da luta pela moradia na cidade do Crato foi marcada pelo grande numero de ocupações e ações dos movimentos sociais de luta pela moradia, instigadas pelas mínimas condições de sobrevivência, o autoritarismo da ditadura militar e a proliferação de condições sub-humanas em que a classe trabalhadora se encontrava. Nesse período, entre as décadas de 1980 e 1990, tivemos no Crato a conjuntura de maior efervescência dos movimentos sociais, sendo protagonista de novas formas de luta e manifestações, principalmente contra o Estado, que não cumpria suas funções enquanto instrumento que garante os direitos do povo. Passeatas, caminhadas, ocupações, dentre outras forma algumas das ações que mobilizaram a classe trabalhadora nesse período, lutando por melhores condições de vida e sobrevivência, tendo ainda a Igreja como instrumento de luta e mudança do *status quo*.

Portanto, percebe-se a partir das questões supracitadas, o papel e a importância das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), principalmente da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), no caso da cidade do Crato, como instrumento que consolidou as lutas por moradia dos movimentos sociais na cidade a partir das contradições elencadas dentro do sistema capitalista de produção. Essas contradições evidenciadas pela cidade “sociopolítica espacialmente fragmentada” (SOUZA, 2006), traduz a materialização de uma cidade do capital, que exclui e cria distinções, mas, com as lutas, tornam-se cidades menos vorazes, ou mesmo contribuem para uma cidade dos movimentos sociais, uma cidade como Ágora (sentido de liberdade).

REFERÊNCIAS

- CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. 8a Ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano: notas teórico-metodológicas. In: _____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- DORNELAS, Nelito Nonato. **A identidade das CEB's**. Disponível em: vidapastoral.com.br. Acesso em: 10/09/2013.
- FARIAS FILHO, Waldemar Arraes de. **Crato: Evolução Urbana e Arquitetura: 1740-1960**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.
- GOHN, Maria da Gloria. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: _____. (Org.). **Movimentos Sociais no Início do Século XXI: antigos e novos atores sociais**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007. p. 13-32.
- _____. **Movimentos sociais e a luta pela moradia**. São Paulo: Ed. Loyola, 1991.
- IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro, 1959. V. 15. Ceará.
- IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro, 2010.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5a Ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- MITIDIERO, M. A. **Ação Territorial de uma Igreja Radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba**. Tese de Doutorado em Geografia Humana. USP, 2008.
- OLIVEIRA, J. C. A. **A problemática ambiental e o desenvolvimento urbano na cidade do Crato – Ceará**. Dissertação de Mestrado – PRODEMA. UFC, 1998.
- _____, ABREU, R. C. Resgatando a história de uma cidade média: Crato capital da cultura. **Revista Historiar**. Ano II, nº I, 2010.
- RENOM, Karin D. Movimento social. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Ed.) **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10^a ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994. 157p.
- SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos Sociais Urbanos**. São Paulo: UNESP, 2008.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2005.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a Ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.